PARECER PAR - GACS LLRP - 22116/2017

PROCESSO TC/MS	:	TC/6387/2016
PROTOCOLO	:	1678674
UNIDADE JURISDICIONADA	:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MUNDO NOVO
JURISDICIONADO/INTERESSADO (A)	:	ANA MARIA DE LIMA RAMALHO
TIPO DE PROCESSO	:	CONTAS DE GESTÃO
RELATOR (A)	:	IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO. FUNDO. CUMPRIMENTO DO ART. 14, I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 160/2012 (LEI ORGÂNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL). CONTAS REGULARES (ARTIGO 59, I DA LCE Nº 160/2012).

1. RELATÓRIO

Trata-se de Parecer sobre as contas anuais de gestão do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MUNDO NOVO - MS, relativa ao exercício financeiro de 2015. O presente parecer é emitido em atenção ao disposto no art. 14, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012 – Lei Orgânica do TCE/MS.

Em análise preliminar, a Inspetoria de Controle Externo manifestou-se acerca destas Contas Anuais de Gestão, nos seguintes termos:

> *"Diante do exposto, entendemos que a prestação de contas do **Fundo Municipal de Assistência Social de Mundo Novo**, relativa ao exercício financeiro de **2015**, encontra-se **apta à aprovação**, nos termos do inciso I do artigo 59 da Lei Complementar nº 160/2012, cc. o inciso I do § 3º do artigo 110 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, aprovado pela Resolução Normativa nº 76/2013, sem prejuízo*

da apuração dos atos praticados no curso do mesmo período, através de outros procedimentos cabíveis a espécie.".

É o relatório. Passo a Opinar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. DA TEMPESTIVIDADE DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS.

A apresentação destas contas anuais de gestão operou-se dentro do prazo determinado no Manual de Remessa de Informações, aprovado pela Instrução Normativa TCE/MS nº 35/2011 (Anexo I, Seção II, Item 2, Subitem 2.1, Letra A), ou seja, até 90 dias após o encerramento do exercício financeiro, conforme recibo de protocolo (peça nº 1).

2.2. DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA O EXAME DAS CONTAS ANUAIS DO FUNDO.

O exame das matérias versadas nos autos será realizado seguindo os critérios abaixo:

2.2.1) Da Manifestação da Inspetoria de Controle Externo;

2.2.2) Da Remessa obrigatória de dados e documentos;

2.2.3) Da Avaliação da responsabilidade fiscal;

2.2.4) Do Orçamento;

2.2.5) Execução orçamentária da receita e da despesa;

2.2.6) Demonstrações contábeis;

2.2.7) Avaliação de legitimidade e economicidade;

2.2.8) Documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida.

2.2.1) Da manifestação da Inspetoria de Controle Externo.

Após o exame da Inspetoria de Controle Externo sobre as contas anuais de gestão, esta Auditoria opina no sentido de ratificar os argumentos ora defendidos, cujos fundamentos serão traçados no desenvolver deste parecer.

2.2.2) Da remessa obrigatória de dados e documentos.

No que se refere à remessa obrigatória de dados, consoante com o Manual de Remessa de Informações, aprovado pela Instrução Normativa TCE/MS nº 35/2011, as contas anuais de gestão estão instruídas com os documentos regulares exigidos, conforme Anexo I, Seção II, Item 2, Subitem 2.1, Letra B.

2.2.3) Da avaliação da responsabilidade fiscal.

A Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e a Constituição Federal de 1988 elencaram as seguintes exigências:

Fundamento	Exigências	Situação
CF/1988 (art. 164, § 3º) e LCF nº 101/2000 – LRF (art.43)	Depósitos de Disponibilidades Financeiras de Caixa em Instituições Oficiais.	Regular (peça nº 29)
CF/1988 (art. 37, caput) e LCF nº 101/2000 – LRF (art.48, caput)	Transparência e Publicidade.	Regular (peça nº 6)

2.2.4) Do Orçamento.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 4.320/1964, a lei orçamentária deve conter a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica, financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

No caso, a Lei Municipal nº 980/2014 - LOA autorizou para o Fundo **créditos orçamentários** na ordem de R$ 2.542.890,78, conforme análise ANA-ICE-48646/2017, peça nº 49.

Quanto aos créditos adicionais[1], no exercício, foram abertos R$ 40.044,42, por anulação orçamentária de outros órgãos, e R$ 293.441,69, por conta de anulação de dotação orçamentária própria, alterando a despesa autorizada para R$ 2.582.935,20, conforme Decretos (peça nº 30) e autorização legislativa.

Portanto, foram atendidas as determinações expostas nos artigos 42 e 43, § 1º, incisos I a III, ambos, da Lei Federal nº 4.320/64.

2.2.5) Execução orçamentária da receita e da despesa.

A execução orçamentária da receita atendeu à disposição do art. 11 da Lei Federal nº 4.320/1964, por apresentar a classificação econômica da receita orçamentária, conforme visto no Anexo 10 (Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada), peça nº 17, o qual evidencia receita orçada de R$ 569.584,60 e arrecadada na ordem de R$ 584.514,18.

Outrossim, também restou suprida a determinação do art. 12 da Lei Federal nº 4.320/1964, por apresentar a fixação e realização da despesa orçamentária por categorias econômicas e por classificação funcional, conforme constatado no Anexo 11 (Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada),

[1] Créditos Adicionais são as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento e classificam-se em suplementares, especiais e extraordinários.

peça nº 18, o qual demonstra despesa autorizada de R$ 2.582.935,20 e empenhada na ordem de R$ 2.191.465,47.

2.2.6) Demonstrações contábeis.

As demonstrações do Balanço Orçamentário, do Balanço Financeiro, da Demonstração das Variações Patrimoniais e do Balanço Patrimonial devem seguir a normatização explicitada nos artigos 102, 103, 104 e 105, todos da Lei 4.320/1964.

Na espécie, extrai-se que as contas foram apresentadas nos seguintes termos:

a) Anexo 12 (Balanço Orçamentário), peça nº 7;
b) Anexo 13 (Balanço Financeiro), peça nº 48 (fl. 272);
c) Anexo 14 (Balanço Patrimonial), peça nº 48 (fl. 273);
d) Anexo 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), peça nº 48 (fl. 275).

Ademais, vistos e analisados, os registros contábeis apresentaram os resultados constantes nas tabelas, a seguir:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Quadro 1**
ESPECIFICAÇÃO	**R$**
1. Receitas Realizadas	584.514,18
2. Despesas Empenhadas	(2.191.465,47)
3. *Deficit*	**(1.606.951,29)**

Fonte: Anexo 12 (Balanço Orçamentário), peça nº 7.

BALANÇO FINANCEIRO	Quadro 2
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**
1. Receita Orçamentária	**584.514,18**
1.1. Ordinária	584.514,18
1.2. Vinculada	0,00
2. (-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00
3. Transferências Financeiras Recebidas	1.665.490,00
4. Recebimentos Extraorçamentários	227.052,33
5. Saldo em Espécie do Exercício Anterior	148.277,72
6. Soma	**2.625.334,23**
7. Despesa Orçamentária	**2.191.465,47**
7.1. Ordinária	2.191.465,47
7.2. Vinculada	0,00
8. Transferências Financeiras Concedidas	0,00
9. Pagamentos Extraorçamentários	207.579,03
10. Soma	**2.399.044,50**
11. Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte = (6 – 10)	**226.289,73**

Fonte: Anexo 13 (Balanço Financeiro), peça nº 48 (fl. 272).

DEMONTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	Quadro 3
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**
1. Variações Patrimoniais Aumentativas	2.250.004,18
2. Variações Patrimoniais Diminutivas	2.167.088,57
3. Resultado Patrimonial do Período = (1-2)	**82.915,61**

Fonte: Anexo 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), peça nº 48 (fl. 275).

APURAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Quadro 4
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**
1. Resultados de Exercícios Anteriores	136.862,32
2. Resultado do Exercício	82.915,61
3. Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
4. Total do Patrimônio Líquido	**219.777,93**
5. Resultado do Exame. Regular = (1±2±3 = BP) Irregular = (1±2±3 ≠ BP)	**Regular**

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício Anterior e Atual e Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais, peças n° 27 e 48 (fls. 273 e 275).

2.2.7) Avaliação de legitimidade e economicidade.

A avaliação da legitimidade e da economicidade não faz parte dos itens a serem analisados por esta Auditoria para a emissão do presente parecer, sendo objeto de atuação do controle externo a cargo deste Tribunal, por meio de processos de instrumentos de fiscalização dos quais dispõe o art. 26 da LCE nº 160/2012.

2.2.8) Documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida.

O parecer ora exarado foi fundamentado, exclusivamente, no exame de documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida, ficando, portanto, ressalvadas quaisquer impropriedades e irregularidades porventura encontradas por meio de processos de instrumentos de fiscalização que dispõe o art. 26 da LCE nº 160/2012.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, com base nos exames e conclusões presentes nas fundamentações deste Parecer, em cumprimento ao que estatuem os artigos 14, I, e 59, I, da LCE n° 160/2012, esta Auditoria opina pela **regularidade** das contas anuais de gestão.

Ao Ministério Público de Contas.

É o parecer.

Campo Grande/MS, 16 de outubro de 2017.

LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL
CONSELHEIRO SUBSTITUTO

Anexo I

CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS, SEGUNDO AS FONTES DE RECURSOS. (ART.43, § 1º, INCISOS I, II, III E IV DA LEI FEDERAL Nº 4.320/1964)								
		Inciso I	Inciso II	Inciso III	Inciso III	Inciso III	Inciso IV	
Decreto	Despesa Autorizada			Anulação de	Anulação de	Anulação de		Despesa Autorizada
	Inicial	Superávit Financeiro	Excesso de Arrecadação	Dotação Própria	Dotação de outros órgãos	Dotação para outros órgãos	Operações de Crédito	Final
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(a+b+c+e-f+g)
Nº	R$	R$	R$	R$	R$	R$	R$	R$
LOA	2.542.890,78			0,00				
3.666/15				10,00	40.044,42			
3.651/15				6.000,00	0,00			
3.640/15				131.000,00	0,00			
3.634/15				27.736,56	0,00			
3.615/15				74.736,76	0,00			
3.607/15				4.000,00	0,00			
3.583/15				23.500,00	0,00			
3.571/15				26.458,37	0,00			
TOTAL	**2.542.890,78**	**-**	**-**	**293.441,69**	**40.044,42**		**-**	**2.582.935,20**